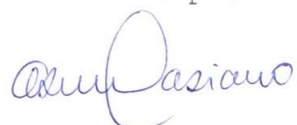


Pazzaglini Filho, Marino; Rosa, Márcio Fernando Elias; Fazzio Júnior, Waldo.
Maquiavel. Disponível em: <http://www.sociedadecultura.cjb.net>. Acesso em: 23 jun.
2005

Teixeira, José Brasil. **Corrupção e desvio de poder**. Disponível em:
www.jornalzerohora.com.br. Acesso em: 23 ago. 2000.

Revisado por

A handwritten signature in blue ink, reading "Rui Casiano". The signature is written in a cursive style with a large, prominent initial 'R'.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **Maquiavel: a lógica da força**. São Paulo: Moderna, 1993.

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. Tradução de Leonel Vallandro e Gerd Bornheim. São Paulo: Abril Cultural, 1973. (Os pensadores)

BUNSON, Matthew E. **A sabedoria do Papa**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

CARVALHO, Maria Cecília M. de. O que pode a ética na política? **ÉTICA E POLÍTICA**, Campinas - SP, n. 67/68, p. 7-209, jan./ago. 1997.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2000.

CHEVALIER Jean-Jacques. **As grandes obras políticas de Maquiavel a nossos dias**. Rio de Janeiro: Agir, 1966.

COIMBRA, José de Ávila Aguiar. **Fronteiras da ética**. São Paulo: Senac, 1999

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. Tradução de Lívio Xavier. São Paulo: Abril Cultural, 1973 (Os Pensadores)

_____. **O Príncipe**. Brasília: UNB, 1992.

_____. **Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio**. Brasília: UNB, 1994.

MEIRELES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. 20. ed. São Paulo: Malheiros, 1995.

As repúblicas nascem com o surgimento das cidades e, assim, constituem três espécies, que são: a monarquia, aristocracia e despotismo. Três que podem evoluir para o despotismo, oligarquia e anarquia, respectivamente. É claro, neste ponto, o pessimismo de como a sociedade é vista por Maquiavel: é a dialética de dois termos, que trata da sucessão entre ascendência e decadência, a formar um ciclo vicioso. Maquiavel acredita, ainda, que todos princípios corrompem-se e degeneram-se, a ser possível ser corrigido somente via acidente externo (fortuna) ou por sabedoria intrínseca (virtu).

Discussão não basta. É imprescindível a ação. Além da fundamentação filosófica última, a ética busca marcos de sua implementação na vida prática. A participação de todos os integrantes da sociedade é o objeto moralmente realizável numa democracia de índole participativa. A participação de cada integrante da comunidade é a chave para o aperfeiçoamento da justiça e para o aprimoramento da democracia.

O Povo precisa aprender a pensar, filosofar, dialogar, criticar, analisar, etc. E, para isto, não é preciso, dizer em que ano escreveu Kant cada um de seus estudos, basta começar a pensar, pensar, pensar...

Conclui-se ser tamanha a complexidade organizacional de um Estado, que se recorre a todo e qualquer meio, justo ou injusto, da república à tirania, para ter-se como consequência não um país justo no sentido próprio da palavra ao menos - não se julga, habitualmente, haver uma possibilidade de fazer-se justiça com relação a todos os integrantes de uma sociedade ou grupo de extensão considerável, já que os interesses são os mais variados, mas estável, governável e próprio de orgulho por suas partes e, principalmente, de respeito perante aos demais países/nações, o que certamente propiciaria um meio sadio e mais tranqüilo de viver-se, tanto ao Príncipe quanto aos seus seguidores.

Pode-se considerar Maquiavel como sendo, indubitavelmente, um pensador indutivo - utiliza-se de inúmeros exemplos históricos com o fim de sustentar suas afirmações. No entanto, seu propósito não é sempre impecavelmente atingido, mesmo porque a realidade não segue regra e é, portanto, muito mais complexa do que se pode teorizar.

A obra é começada com a citação da origem das cidades, que se pode estabelecer devido a um grupo de cidadãos junta a visar maior segurança; a estrangeiros que querem assegurar o território conquistado, a estabelecer, ali, colônias; ou mesmo a fim de exaltar-se a glória do Príncipe.

CONCLUSÃO

Ser uma consciência é ter sentido ético. O traço que sintetiza todos os elementos da condição humana (a razão, o discernimento, a responsabilidade pessoal, a liberdade, a vontade) é a moralidade. Portanto, o centro diretor de toda sua existência deve ser esse campo profundo de conjecturas éticas e de ideais, sem o que você se precipitará no inferno em plena vida. Por outro lado, seguir as determinações da consciência, ou, em outras palavras, dos próprios princípios morais, é o atalho mais seguro e certo para a felicidade, ainda agora, e para sempre.

A sinceridade da maioria dos administradores públicos vem expondo vícios profundos, moralmente deprimentes, que precisam, pelo menos, passar pelo crivo da reflexão ética daqueles que ainda acreditam ser possível melhorar o comportamento das pessoas públicas e os processos de conquista dos poderes de Estado e governo, como um todo.

O povo deve exigir de seus gestores públicos que sejam antes de tudo altruístas, dedicados à causa pública e honestos. Deve-se exigir também o transpartidarismo, ou seja, que os interesses públicos estejam acima de qualquer diferença partidária e, principalmente, exigir que tenham “o poder do amor” e não “o amor ao poder”, como até então têm demonstrado.

Somente uma consciência sensível saberá encontrar a valorização das razões que justificam adotar uma postura ética. O despertar ético – postura proativa, a irresignação – terá uma conseqüência de força inestimável: compromisso de participação no processo de transformação da comunidade.

Essa entidade impotente precisa caminhar para estágio de sociedade emancipada, cônica de seus direitos, mas também alerta de seus deveres. Falar, convencer, é o passo inicial, e sua valia é cientificamente comprovada. Aos lúcidos se reclama um apostolado ético que não cesse nem diante da exaustão. A construção de uma sociedade emancipada tem seus alicerces na discussão.

Os políticos – administradores públicos, responsáveis pelo progresso do Estado, deverão estar atentos aos verdadeiros fins da sociedade, que devem conduzir o ser humano a ser livre e feliz e a lutar pela Justiça e pelo Amor. Para tanto, precisam despertar a consciência ética e aprender a analisar, filtrar e cultivar aquilo que lhes desejam passar.

Não fosse isso, convém lembrar que, no exercício de suas funções, o Agente Público deve observar uma série de deveres que lhe são impostos, sem prejuízo dos princípios inerentes à Administração Pública, requisitos para o bom desempenho de seus encargos e regular funcionamento dos serviços públicos. Dentre esses deveres salientam-se o de lealdade à Administração, o da conduta ética e o da obediência às ordens superiores.

O dever de conduta ética, segundo Meireles, "decorre do princípio constitucional da moralidade administrativa e impõe ao servidor público a obrigação de jamais desprezar o elemento ético de sua conduta".

Por fim, sábias são as palavras de Pazzaglini Filho, Rosa e Fazzio Júnior, ao afirmarem:

O normal desenvolvimento da estrutura administrativa em toda a sua extensão deve estar direcionado para a satisfação do interesse social, jamais desvirtuado para atender pretensões menores de particulares. É a supremacia do interesse público o pilar sobre o qual se assentam as relações entre súditos e administrados.

Para que o binômio 'direitos dos administrados – prerrogativas da administração' configure desejável sintonia de cooperação entre cidadão e Estado, a credibilidade dos órgãos, serviços e agentes públicos é requisito indispensável.

Nesse contexto, reclama-se de todo e qualquer agente público, de qualquer nível, que possua um contingente mínimo de predicados ligados à moralidade pública, tais como a honestidade, a lealdade e a imparcialidade. São qualidades essenciais, naturalmente exigíveis em qualquer segmento da atividade profissional e, com muito mais razão, daqueles que integram os quadros públicos e gerenciam bens da coletividade, dos quais não podem dispor e pelos quais devem zelar

de liberação de um protejo em um determinado banco, o qual só caminha mediante propina. E assim por diante, na sociedade e sua cultura.

E o que faz um político corromper-se ao chegar lá? Associado à formação pessoal anterior pouco rígida, conta com a complacência e a placidez que fazem um indivíduo que nunca praticou um ilícito ou apenas ilícitos leves ceder à máxima de que o poder corrompe. Aliado à permissividade e à impunidade.

Alguma coisa, então, precisa ser feita por todos nós, mas de baixo para cima, não sendo o suficiente culpar a ancestralidade latina, forte, responsável. É preciso muito tempo, mas temos que mudar o perfil da sociedade. E, entre os partidos políticos, de habitual pouco prestígio junto ao público, em suas bases é onde deveria existir vigilância exemplar e rígida do patrimônio moral de seus membros. Destes partidos, os que frequentam menos o poder, obviamente, têm índices menos comprometedores. Surpreendendo o fato de que um dos proeminentes, que possui a rigidez moral como princípio, atualmente estar com vários buracos no queijo. Quem dera tivesse sido durável e que servisse de exemplo.

Este paradigma da corrupção deve ser rechaçado da nossa realidade. É preciso se fomentar e discutir a Ética na sociedade. Segundo José Coimbra ¹, a ética deve se apresentar em caráter comum, ou seja, ela não deve ser apenas uma idéia de foro íntimo. A ética precisa difundir de forma absoluta entre os homens. O relativismo capaz de distorcer o entendimento ético deve ser rejeitado.

Para que isto ocorra, é necessário à participação da comunidade, através da discussão e da ação. A sociedade deve estar cônica de seus direitos e deveres. A luta, a pregação e o convencimento são atos imprescindíveis para que a mudança aconteça.

“É a participação de cada integrante da comunidade a chave para o aperfeiçoamento da justiça e para o aprimoramento da democracia”.

Trazer à população a discussão de seus problemas urge como necessidade no processo de transformação. Nenhuma mudança ocorrerá no sentido de que a política se efetive e cumpra seu papel social, se o indivíduo não tiver seu campo de ação ampliado. A democracia deve ser aprofundada e estruturada de forma mais participativa e ética possível.

contravalores desejados pelos sedentos de poder material. Esta familiarização gera um hábito de injustiça e indiferença fatal. Nossa sociedade vai se habituando a conviver com contravalores e perdendo a capacidade de distinguir o justo do injusto, o verdadeiro do falso. Aquilo que é desprovido de todo e qualquer caráter ético começa a se impor como legítimo. A consequência é o crescimento descontrolado da corrupção, do abuso do poder, da exploração institucionalizada, favorecidos à impunidade.

Nesse sentido, vale observar as sábias palavras do Papa João Paulo II, citado por Bunson (1997, p. 81):

Os tempos parecem pobres em valores genuinamente éticos. Interesses eleitoreiros prevalecem sobre os interesses do país, a avidez do lucro desmedido, o desejo de manutenção de privilégios, a sucessão de fraudes, parecem se sobrepor aos valores, que gostaríamos estivessem mais presentes na vida pública. A ética parece perder a batalha, quando confrontada com interesses mesquinhos de pessoas que deveriam dar exemplo de caráter e honradez; os valores éticos parecem asfixiados pela insensibilidade e insolidariedade de muitos que se omitem e pouco ou nada fazem para atenuar a miséria e pelo cinismo daqueles que se locupletam às custas da miséria alheia, dilapidando recursos públicos destinados à saúde, à educação, ao saneamento básico, à habitação para os menos favorecidos. E isso para não falar de políticas mal-concebidas, perversas, que geram grande número de excluídos, que desrespeitam os direitos morais de ampla gama de desassistidos, que aviltam a pessoa humana e ameaçam tomar o avanço democrático deste país uma simples quimera.

Nesse sentido cumpre trazer um trecho da reportagem concedida por Teixeira ao Jornal Zero Hora. Segundo ele, a corrupção e o desvio de poder no Brasil não é de hoje e, sim, fruto da formação histórica do nosso povo. Vejamos:

Culpa da origem e da cultura, pois coisas simples como a mãe comprar a obediência do filho com gestos variados, o presentinho para a professora para lograr futura aprovação, o ato de ludibriar colegas num singelo jogo de crianças, são todos atos que, junto com outros exemplos, vão criando uma idéia de ganho fácil. E tudo é introjetado dentro do caráter daquele que um dia vai ser um indivíduo do convívio geral, inclusive elegível. Mais tarde, aprende-se que a gorjeta facilita o atendimento pelo garçom e este é corrompido. O frentista, o lavador de carros, todos passam a confirmar que, em nossa cultura, a gorjeta tem um poder descomunal; e por isso o seu uso alastrado. Um pouco mais tarde, o pai compra a aplicação do filho que pretende entrar na faculdade, prometendo-lhe um carro, quando fazê-lo ver a necessidade real seria pedagógico e moralmente correto. Depois, já na vida adulta, vem o pedido

só pode ser o bem, o Sumo Bem... Se assim é, devemos abarcar, pelo menos em linhas gerais, a natureza do Sumo Bem e dizer de qual saber ele provém. Consideramos que ele depende da ciência suprema e arquetônica por excelência. Ora, tal ciência é manifestamente a política, pois é ela que determina, entre os saberes, quais são os necessários para as Cidades e que tipos de saberes cada classe de cidadãos deve possuir... A política se serve das outras ciências práticas e legisla sobre o que é preciso fazer e do que é preciso abster-se; assim sendo, o fim buscado por ele deve englobar os fins de todas as outras, donde se conclui que o fim da política é o bem propriamente humano. Mesmo se houver identidade entre o bem do indivíduo e da Cidade, é manifestamente uma tarefa muito mais importante e mais perfeita conhecer e salvaguardar o bem da Cidade, pois o bem não é seguramente amável mesmo para um indivíduo, mas é mais belo e mais divino aplicado a uma nação ou à Cidade (CHAUÍ, 2000, p. 384).

Desta forma, o agir político deve estar intimamente ligado ao conhecimento da realidade e ao Bem - valor supremo que deve orientar o Estado. O bem comum é condição para o bem individual. Quando a política não visar ao bem do homem, não será uma política autêntica, verdadeira. Platão chama a atenção para o fato de que o homem é a sua alma, enquanto seu corpo é apenas a prisão da alma. Assim, para Platão, a política autêntica, verdadeira deve considerar o espírito humano. A política que apenas visar aos caprichos egoístas do corpo será uma política falsa e ilegítima.

Aristóteles, Sto. Agostinho, Habermas e outros importantes pensadores reconhecem que ética e política são indissociáveis.

Hodiernamente,

Se a política é concebida como a parcela da ação humana que visa ao gerenciamento de recursos com vistas à promoção do bem-estar humano, à realização da justiça social e à defesa dos direitos dos cidadãos, então ela não é sequer pensável como dissociável da ética. E, sendo esta uma reflexão sobre o agir humano, orientada por valores tais como justiça, respeito aos direitos fundamentais da pessoa humana, respeito à natureza, respeito às gerações futuras, então a ação que promana de um caráter ético ou que é praticada de acordo com os imperativos éticos não têm como deixar de ter impacto sobre a vida política. (CARVALHO, 1997, p. 209).

Portanto, é possível afirmar-se que não existe outro tipo de política além daquela voltada ao Bem Comum.

Inegável, entretanto, é o efeito coercitivo da política neoliberal e a corrupção de governantes que fazem com que os governados se familiarizem com os

imaginam Estados ideais que, no entanto, não existem, tais como a República de Platão. E prossegue:

Pois grande é a diferença entre a maneira em que se vive daquela em que se deveria viver: assim, quem deixar de fazer o que é de costume para fazer o que seria dever encaminha-se mais para a ruína do que para sua salvação. Porque quem quiser comportar-se em todas as circunstâncias como um homem bom vai ter que perecer entre tantos que não são bons. (Maquiavel, 1973, 67)

Isso significa que deve - se estudar as coisas como elas são e deve - se observar o que se pode e é necessário fazer, não aquilo que seria preciso fazer. Segundo ele, quem quiser ser bom entre os maus fica arruinado. Enfim, é necessário levar em consideração a natureza do homem e atuar na realidade efetiva.

Dessa forma, Maquiavel retoma aqui um tema que já foi de Aristóteles: a política. Esta ciência, na visão maquiavélica, é a arte do possível, é a arte da realidade que pode ser efetivada, a qual leva em conta como as coisas estão e não como elas deveriam estar. Existe aqui uma distinção nítida entre política e ética, pois esta última é que se ocupa do que deveria ser.

Por ter inaugurado a teoria moderna da lógica do poder como independente da religião, da ética e da ordem natural, Maquiavel só poderia ter sido visto como maquiavélico. As palavras maquiavélico e maquiavelismo, criadas no século XVI e conservadas até hoje, exprimem o medo que se tem da política quando esta é simplesmente política, isto é, sem as máscaras da religião, da moral, da razão e da natureza. (CHAUÍ, 2000, 397)

Para Aristóteles a política visa a busca do Bem.: “Se a política tem como finalidade a vida justa e feliz, isto é, a vida propriamente humana, digna de seres livres, então é inseparável da ética”. (CHAUÍ, 2000, p.394)

A esse respeito escreve Aristóteles, no seu livro *Ética a Nicômaco* :

Se, em nossas ações, há algum fim que desejamos só por causa dele, e se não escolhemos indefinidamente algumas coisa em vista de uma outra (pois, nesse caso, iríamos ao infinito e nosso desejo seria fútil e vão), é evidente que tal fim

CAPITULO III

A ÉTICA NA POLÍTICA (ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA). A POLÍTICA PARA MAQUIAVEL

Em relação ao pensamento político, a obra de Maquiavel é demolidora e revolucionária. Diferentemente dos filósofos clássicos, Maquiavel parte da experiência do seu tempo.

Maquiavel, ao refletir sobre a realidade de sua época, elaborou não uma teoria do Estado moderno, mas sim uma teoria de como se formam os Estados, de como na verdade se constitui o Estado moderno. Isso é o começo da ciência política e da técnica da política, entendida como uma disciplina autônoma, separada da moral e da religião.

O Estado, para Maquiavel (1973), não tem mais a função de assegurar a felicidade e a virtude, segundo afirmava Aristóteles. Também não é mais - como para os pensadores da Idade Média - uma preparação dos homens para o Reino de Deus. Para Maquiavel (1973), o Estado passa a ter suas próprias características, a política, segue sua técnica e suas próprias leis. No início do livro *O Príncipe*, Maquiavel escreve: "Como minha finalidade é a de escrever coisa útil para quem a entender, julguei mais conveniente tratar da realidade efetiva do que da minha imaginação sobre esta".

Maquiavel não partilha da idéia de que a política é construída para o bem comum e justiça. Para ele a sua finalidade é, apenas, a tomada e manutenção do poder.

Maquiavel demoliu a idéia concebida por Aristóteles de que a ética e a política são inseparáveis. Ele relata as coisas como elas são, a realidade política e social como ela ocorre, a verdade efetiva.

Segundo Maquiavel (1973, p. 67), "muitos imaginam repúblicas e principados que nunca foram vistos nem conhecidos realmente"; isto é, muitos

Neste, o governante virtuoso é aquele cujas virtudes não sucumbem ao poderio da caprichosa e inconstante fortuna.

Maquiavel retoma essa oposição, mas lhe imprime um sentido inteiramente novo. A virtude do príncipe não consiste num conjunto fixo de qualidades morais que ele oporá à fortuna, lutando contra ela. A virtude é a capacidade do príncipe para ser flexível às circunstâncias, mudando com elas para agarrar e dominar a fortuna. Em outras palavras, um príncipe que agir sempre da mesma maneira e de acordo com os mesmos princípios em todas as circunstâncias fracassará e não terá virtude alguma.

Ethos ou caráter do príncipe deve variar com as circunstâncias, para que sempre seja senhor delas.

A fortuna, diz Maquiavel (1973), é sempre favorável a quem desejar agarrá-la. Oferece-se como um presente a todo aquele que tiver ousadia para dobrá-la e vencê-la. Assim, em lugar da tradicional oposição entre a constância do caráter virtuoso e a inconstância da fortuna, Maquiavel introduz a virtude política como astúcia e capacidade para adaptar-se às circunstâncias e aos tempos, como ousadia para agarrar a boa ocasião e força para não ser arrastado pelas más.

A lógica política nada tem a ver com as virtudes éticas dos indivíduos em sua vida privada. O que poderia ser imoral do ponto de vista da ética privada pode ser virtude política. Em outras palavras, Maquiavel inaugura a idéia de valores políticos medidos pela eficácia prática e pela utilidade social, afastados dos padrões que regulam a moralidade privada dos indivíduos. Ethos políticos e morais são diferentes e não há fraqueza política maior do que o moralismo que mascara a lógica real do poder.

Por ter inaugurado a teoria moderna da lógica do poder como independente da religião, da ética e da ordem natural, Maquiavel só poderia ter sido visto como "maquiavélico". As palavras maquiavélico e maquiavelismo, criadas no século XVI e conservadas até hoje, exprimem o medo que se tem da política quando esta é simplesmente política, isto é, sem as máscaras da religião, da moral, da razão e da natureza.

Para o Ocidente cristão do século XVI, O Príncipe maquiaveliano, não sendo o bom governo sob Deus e a razão, só poderia ser diabólico. À sacralização do poder, feita pela teologia política, só poderia opor-se a demonização. É essa imagem satânica da política como ação social puramente humana que os termos maquiavélico e maquiavelismo designam.

compreender lendo os autores antigos, deixando escapar a observação dos acontecimentos que ocorriam diante de seus olhos.

Maquiavel não aceita a idéia da boa comunidade política constituída para o bem comum e a justiça. O ponto de partida da política para ele é a divisão social entre os grandes e o povo. A sociedade é originariamente dividida e jamais pode ser vista como uma comunidade una, indivisa, homogênea, voltada para o bem comum. Essa imagem da unidade e da indivisão, diz Maquiavel, é uma máscara com que os grandes recobrem a realidade social para enganar, oprimir e comandar o povo, como se os interesses dos grandes e dos populares fossem os mesmos e todos fossem irmãos e iguais numa bela comunidade. A finalidade da política não é, como diziam os pensadores gregos, romanos e cristãos, a justiça e o bem comum, mas, como sempre souberam os políticos, a tomada e manutenção do poder. O verdadeiro príncipe é aquele que sabe tomar e conservar o poder e que, para isso, jamais se deve aliar aos grandes, pois estes são seus rivais e querem o poder para si, mas deve aliar-se ao povo, que espera do governante a imposição de limites ao desejo de opressão e mando dos grandes. A política não é a lógica racional da justiça e da ética, mas a lógica da força transformada em lógica do poder e da lei.

A tradição grega tornou ética e política inseparáveis, a tradição romana colocou nessa identidade da ética e da política na pessoa virtuosa do governante e a tradição cristã transformou a pessoa política num corpo místico sacralizado que encarnava a vontade de Deus e a comunidade humana. Hereditariedade, personalidade e virtude formavam o centro da política, orientada pela idéia de justiça e bem comum. Esse conjunto de idéias e imagens é demolido por Maquiavel. Um dos aspectos da concepção maquiaveliana que melhor revela essa demolição encontra-se na figura do príncipe virtuoso.

No estudo da ética, a questão central posta pelos filósofos sempre foi: O que está e o que não está em nosso poder? "Estar em nosso poder" significava a ação voluntária racional livre, própria da virtude, e "não estar em nosso poder" significava o conjunto de circunstâncias externas que agem sobre nós e determinam nossa vontade e nossa ação. Esse conjunto de circunstâncias que não dependem de nós nem de nossa vontade foi chamado pela tradição filosófica de fortuna.

A oposição virtude-fortuna jamais abandonou a ética e, como esta surgia inseparável da política, a mesma oposição se fez presente no pensamento político.

exemplo, num comerciante maquiavélico, numa professora maquiavélica, no maquiavelismo de certos jornais, etc.,).

Quando ouvisse e empregasse essas expressões? Sempre que pretende - se julgar a ação ou a conduta de alguém desleal, hipócrita, fingidor, poderosamente malévolo, que brinca com sentimentos e desejos dos outros, mente-lhes, faz a eles promessas que sabe que não cumprirá, usa a boa fé alheia em seu próprio proveito. Fala - se num "poder maquiavélico" para eles referiam - se a um poder que age secretamente nos bastidores, mantendo suas intenções e finalidades desconhecidas para os cidadãos; que afirma que os fins justificam os meios e usam meios imorais, violentos e perversos para conseguirem o que quer; que dá as regras do jogo, mas fica às escondidas, esperando que os jogadores causem a si mesmos sua própria ruína e destruição.

Maquiavélico e maquiavelismo fazem pensar em alguém extremamente poderoso e perverso, sedutor e enganador, que sabe levar as pessoas a fazer exatamente o que ele deseja, mesmo que sejam aniquiladas por isso. Como se nota, maquiavélico e maquiavelismo correspondem àquilo que, em nossa cultura, é considerado diabólico.

Que teria escrito Maquiavel para que gente que nunca leu sua obra e que nem mesmo sabe que existiu, um dia, em Florença, uma pessoa com esse nome, fale em maquiavélico e maquiavelismo?

Diferentemente dos teólogos, que partiam da Bíblia e do Direito Romano para formular teorias políticas, e diferentemente dos contemporâneos renascentistas, que partiam das obras dos filósofos clássicos para construir suas teorias políticas, Maquiavel parte da experiência real de seu tempo.

Foi diplomata e conselheiro dos governantes de Florença, viu as lutas européias de centralização monárquica (França, Inglaterra, Espanha, Portugal), viu a ascensão da burguesia comercial das grandes cidades e sobretudo via a fragmentação da Itália, dividida em reinos, ducados, repúblicas e Igreja.

A compreensão dessas experiências históricas e a interpretação do sentido delas o conduziram à idéia de que uma nova concepção da sociedade e da política tornara-se necessária, sobretudo para a Itália e para Florença.

Sua obra funda o pensamento político moderno porque busca oferecer respostas novas a uma situação histórica nova, que seus contemporâneos tentavam

Filósofos, historiadores, dramaturgos, retóricas, tratados de medicina, biologia, arquitetura, matemática, enfim, tudo o que fora criado pela cultura antiga é lido, traduzido, comentado e aplicado,

Esparta, Atenas e Roma são tornadas como exemplos da liberdade republicana. Imitá-las é valorizar a prática política, a *vita activa*, contra o ideal da vida espiritual contemplativa imposto pela Igreja. Fala-se, agora, na liberdade republicana e na vida política como as formas mais altas da dignidade humana.

Embora diferentes e, muitas vezes, contrárias, as obras políticas medievais e renascentistas operam num mundo cristão. Isso significa que, para todas elas, a relação entre política e religião é um dado de que não podem escapar. É verdade que as teorias medievais são teocráticas, enquanto as renascentistas procuram evitar a idéia de que o poder seria uma graça ou um favor divino; no entanto, embora recusem a teocracia, não podem recusar uma outra idéia qual seja, a de que o poder político só é legítimo se for justo e só será justo se estiver de acordo com a vontade de Deus e a Providência divina. Assim, elementos de teologia continuam presentes nas formulações teóricas da política.

Afirmam que a política é instituição de uma comunidade una e indivisa, cuja finalidade é realizar o bem comum ou justiça. A boa política é feita pela boa comunidade harmoniosa, pacífica e ordeira. Lutas, conflitos e divisões são vistos como perigos, frutos de homens perversos e sediciosos, que devem a qualquer preço, serem afastados da comunidade e do poder.

Assentam a boa comunidade e a boa política na figura do bom governo, isto é, no príncipe virtuoso e racional, portador da justiça, da harmonia e da indivisão da comunidade.

Classificam os regimes políticos em justos-legítimos e injustos-ilegítimos, colocando a monarquia e a aristocracia hereditárias entre os primeiros e identificando com os segundos o poder obtido por conquista e usurpação, denominando-o tirânico. Este é considerado antinatural, irracional, contrário à vontade de Deus e à justiça, obra de um governante vicioso e perverso.

Em relação à tradição do pensamento político, a obra de Maquiavel é demolidora e revolucionária.

Ao ouvir as expressões maquiavélico e maquiavelismo. São usadas quando alguém deseja referir-se tanto à política como aos políticos, e a certas atitudes das pessoas, mesmo quando não ligadas diretamente a uma ação política (fala-se, por

À volta dos castelos feudais, durante a Idade Média, formaram-se aldeias ou burgos. Enquanto na sociedade como um todo prevalecia a relação de vassalagem - juramento de fidelidade prestado por um inferior a um superior que prometia proteger o vassalo -, nos burgos, a divisão social do trabalho fez aparecer uma outra organização social, a corporação de ofício. Tecelões, pedreiros, ferreiros, médicos, arquitetos, comerciantes, etc; organizavam-se em confrarias, em que os membros estavam ligados por um juramento de confiança recíproca.

Embora internamente as corporações também fossem hierárquicas, era possível, a partir de regras convencionadas entre seus membros, ascender na hierarquia e, externamente, nas relações com outras corporações, todos eram considerados livres e iguais. As corporações fazem surgir uma nova classe social que, nos séculos seguintes, irá tornar-se economicamente dominante e buscará também o domínio político: a burguesia, nascida dos burgos.

Desde o início do século XV, em certas regiões da Europa, as antigas cidades do Império Romano e as novas cidades surgidas dos burgos medievais entram em desenvolvimento econômico e social. Grandes rotas comerciais tomam poderosas as corporações e as famílias de comerciantes, enquanto o poderio agrário dos barões começa a diminuir.

As cidades estão iniciando o que viria a ser conhecido como capitalismo comercial ou mercantil. Para desenvolvê-lo, não podem continuar submetidas aos padrões, às regras e aos tributos da economia feudal agrária e iniciam lutas por franquias econômicas. As lutas econômicas da burguesia nascente contra a nobreza feudal prosseguem sob a forma de reivindicações políticas: as cidades desejam independência diante dos barões, reis, papas e imperadores.

Na Itália, a redescoberta das obras de pensadores, artistas e técnicos da cultura greco-romana, particularmente das antigas teorias políticas, suscita um ideal político novo: o da liberdade republicana contra o poder teológico-político de papas e imperadores.

Neste período conhecido como Renascimento, no qual se espera reencontrar o pensamento, as artes, a ética, as técnicas e a política existentes antes que o saber tivesse sido considerado privilégio da Igreja e os teólogos houvesse adquirido autoridade para decidir o que poderia e o que não poderia ser pensado, dito e feito.

partissem ao meio. O povo por sua vez ficou , ao mesmo tempo, satisfeito e chocado.

Para Maquiavel , um príncipe não deve medir esforços nem hesitar, mesmo que diante da crueldade ou da trapaça, se o que estiver em jogo for a integridade nacional e o bem do seu povo.

Sou de parecer de que é melhor ser ousado do que prudente, pois a fortuna(oportunidade) é mulher e, para conservá-la submissa, é necessário (...) contrariá-la. Vê-se , que prefere, não raramente, deixar-se vender pelos ousados do que pelos que agem friamente. Por isso é sempre amiga dos jovens, visto terem eles menos respeito e mais ferocidade e subjuguem-na com mais audácia. (CHAUÍ, 2000, p. 200-204)

Para Maquiavel, como renascentista que era, quase tudo que veio antes estava errado. Isso tudo deve incluir os pensamentos e as idéias de Aristóteles. Ao contrário deste, Maquiavel não acredita que a prudência seja o melhor caminho. Para ele, a coerência está contida na arte de governar. Maquiavel procura a prática. A execução fria das observações meticulosamente analisadas, feitas sobre o Estado, a sociedade. Maquiavel segue o espírito renascentista, inovador. Ele quer superar o medieval. Quer separar os interesses do Estado dos dogmas e interesses da igreja.

Maquiavel não era o vilão que as pessoas pensavam. Ele não era nem malvado. O termo maquiavélico tem sido constantemente mal interpretado.

"Os fins justificam os meios" .Maquiavel , ao dizer essa frase, provavelmente não fazia idéia de quanta polêmica ela causaria. Ao dizer isso, Maquiavel não quis dizer que qualquer atitude é justificada dependendo do seu objetivo. Seria totalmente absurdo. O que Maquiavel quis dizer foi que os fins determinam os meios. É de acordo com o seu objetivo que você vai traçar os seus planos de como atingi-los. (isso mostra como muitos ainda acham que Maquiavel disse essa frase).

A contribuição de Nicolau Maquiavel para o mundo é imensa. Ensinou, através da sua obra , a vários políticos e governantes. Aliás, a obra de Maquiavel entrou para sempre não só na história, como na nossa vida cotidiana atual, já que é aplicável a todos os tempos.

É possível perceber que "Maquiavel, fingindo ensinar aos governantes, ensinou também ao povo". E é por isso que até hoje, e provavelmente para sempre, ele será reconhecido como um dos maiores pensadores da história do mundo.

jovens republicanos como alguém que tinha ligações com os tiranos depostos. Então viu-se vencido. Esgotaram-se suas forças. Foi a gota d'água que estava faltando. A república considerou-o seu inimigo. Desgostoso, adoece e morre em junho.

Mas nem depois de morto, Maquiavel terá descanso. Foi posto no índice pelo concílio de Trento, o que levou-o, desde então a ser objeto de excreção dos moralistas.

Maquiavel faleceu sem ter visto realizado os ideais pelos quais se lutou durante toda a vida. A carreira pessoal nos negócios públicos tinha sido cortada pelo meio com o retorno dos Médici e, quando estes deixaram o poder, os cidadãos esqueceram-se dele, um homem que a fortuna tinha feito capaz de discorrer apenas sobre assuntos de Estado. Também não chegou a ver a Itália forte e unificada.

Deixou porém um valioso legado: o conjunto de idéias elaborado em cinco ou seis anos de meditação forçada pelo exílio. Talvez nem ele mesmo soubesse avaliar a importância desses pensamentos dentro do panorama mais amplo da história, pois especulou sempre sobre os problemas mais imediatos que se apresentavam. Apesar disso, revolucionou a história das teorias políticas, constituindo-se um marco que modificou o fato das teorias do Estado e da sociedade não ultrapassarem os limites da especulação filosófica.

Maquiavel nunca chegou a escrever a sua frase mais famosa: "Os fins justificam os meios". Mas com certeza ela é o melhor resumo para sua maneira de pensar. Seria praticamente impossível analisar num só trabalho, todo o pensamento de Nicolau Maquiavel, portanto, vamos analisá-lo baseado nessa máxima tão conhecida e tão diferentemente interpretada.

Ao escrever O Príncipe, Maquiavel expressa nitidamente os seus sentimentos de desejo de ver uma Itália poderosa e unificada. Expressa também a necessidade de um monarca com pulso firme, determinado que fosse um legítimo rei e que defendesse seu povo sem escrúpulos e nem medir esforços.

Em O Príncipe, Maquiavel faz uma referência elogiosa a César Bórgia, que após ter encontrado na recém conquistada Romanha, um lugar assolado por pilhagens, furtos e maldades de todo tipo, confia o poder a Dom Ramiro d'Orco. Este, por meio de uma tirania impiedosa e inflexível põe fim a anarquia e se faz detestado por toda parte. Para recuperar sua popularidade, só restava a Bórgia suprimir seu ministro. E um dia em plena praça, no meio de Cesena, mandou que o

para evitar a subversão e realizar alianças com outros principados constituem o eixo da administração. Como o poder se funda exclusivamente em atos de força, é previsível e natural que pela força seja deslocado, deste para aquele senhor. Nem a religião, nem a tradição, nem a vontade popular legitimaram e ele tem de contar exclusivamente com sua energia criadora. A ausência de um Estado central e a extrema multipolarização do poder criam um vazio, que as mais fortes individualidades têm capacidade para ocupar.

Até 1494, graças aos esforços de Lourenço, o Magnífico, a península experimentou uma certa tranqüilidade.

Entretanto, desse ano em diante, as coisas mudaram muito. A desordem e a instabilidade ficaram incontroláveis. Para piorar a situação, que já estava grave devido aos conflitos internos entre os principados, somaram-se as constantes e desestruturadoras invasões dos países próximos como a França e a Espanha. E foi nesse cenário conturbado, onde nenhum governante conseguia se manter no poder por um período superior a dois meses, que Maquiavel passou a sua infância e adolescência.

Com a queda de Soverine, em 1512, a dinastia Médici volta ao poder, desesperando Maquiavel, que é envolvido em uma conspiração, torturado e deportado. É permitido que se mude para São Cassiano, cidade pequena próxima de Florença, onde escreve sobre a Primeira década de Tito Lívio, mas interrompe esse trabalho para escrever sua obra prima: O Príncipe, segundo alguns, destinado a quem se reabilitasse com os aristocratas, já que a obra era nada mais que um manual da política.

Maquiavel viveu uma vida tranqüila em São Cassiano. Pela manhã, ocupava-se com a administração da pequena propriedade onde está confinado. À tarde, jogava cartas numa hospedaria com pessoas simples do povoado. E à noite vestia roupas de cerimônia para conviver, através da leitura com pessoas ilustres do passado, fato que levou algumas pessoas a considerá-lo louco.

A obra de Maquiavel é toda fundamentada em sua própria experiência, seja ela com os livros dos grandes escritores que o antecederam, ou sejam os anos como segundo Chanceler, ou até mesmo a sua capacidade de olhar de fora e analisar o complicado governo do qual terminou fazendo parte.

Enfim, em 1527, com a queda dos Médici e a restauração da república, Maquiavel que achava estarem findos os seus problemas, viu-se identificado por

Itália e lamenta as invasões do país pelos "bárbaros" estrangeiros, Maquiavel dá conselhos a um príncipe ideal para conquistar o poder absoluto, acabar com as dissensões internas e expulsar os estrangeiros da Itália. Mas para fazer isso ele recomenda a utilização de todos os meios, inclusive a mentira, a fraude, a violência, enfim uma política autoritária. Ele era grande patriota e alertou que antigamente a utilização do poder autoritário foi para fins mesquinhos, não justificando sua utilização.

Maquiavel sofreu grandes críticas dos moralistas da época por ser o primeiro técnico de política. Sendo técnico político ele fez a distinção entre a moral dos indivíduos e a moral pública (ou da igreja ou dos partidos políticos ou das forças econômicas, etc.), que é a razão do Estado.

Mais de quatro séculos nos separam da época em que viveu Maquiavel. Muitos leram e comentaram sua obra, mas um número consideravelmente maior de pessoas evoca seu nome ou pelo menos os termos que aí tem sua origem. "Maquiavélico e maquiavelismo" são adjetivo e substantivo que estão tanto no discurso erudito, no debate político, quanto na fala do dia-a-dia. Seu uso extrapola o mundo da política e habita sem nenhuma cerimônia o universo das relações privadas. Em qualquer de suas acepções, porém, o maquiavelismo está associado a idéia de perfídia, a um procedimento astucioso, velhaco, traiçoeiro. Estas expressões pejorativas sobreviveram de certa forma incólumes no tempo e no espaço, apenas alastrando-se da luta política para as desavenças do cotidiano.

Hoje em dia, na maioria das vezes, Maquiavel é mal interpretado. Ao escrever sua principal obra, O PRÍNCIPE, criou um "manual da política", que pode ser interpretado de muitas maneiras diferentes. Talvez por isso atribuída: -"Os fins justificam os meios"- seja tão mal interpretada. Mas para entender Maquiavel em seu real contexto, é necessário conhecer o período histórico em que viveu.

Maquiavel viveu durante a Renascença Italiana, o que explica boa parte das suas idéias.

Na Itália do Renascimento reina grande confusão. A tirania impera em pequenos principados, governados despoticamente por casas reinantes sem tradição dinástica ou de direitos contestáveis. A ilegitimidade do poder gera situações de crise instabilidade permanente, onde somente o cálculo político, a astúcia e a ação rápida e fulminante contra os adversários são capazes de manter o príncipe. Esmagar ou reduzir à impotência a oposição interna, atemorizar os súditos

inúteis ou perigosas. Os príncipes de prudência repeliram sempre tais forças, antes perder com as suas que vencer auxiliados por outros. Deve o príncipe não ter outra finalidade nem outro pensamento, senão a guerra, seu regulamento e disciplina, pois é a única arte que se atribui a quem comanda. O príncipe deve evitar a fama de avarento, que a custa dos outros se mantém; deve querer ser considerado piedoso e não cruel, deve empregar de modo conveniente esta piedade. É muito mais seguro ser temido que amado. Contudo, sem exceder-se, para não despertar o ódio.

Um príncipe e sobretudo um novo, não pode seguir todas as coisas são obrigados os homens tidos como bons, sendo muitas vezes, para conservar o seu Estado, obrigado a agir contra a caridade, a fé, a humildade e a religião. Ele precisa ter duas razões de receio: Uma de origem interna, da parte de seus súditos, outra de origem externa, da parte dos de fora. Não deve temer as conspirações se ele é querido do povo, porém se este é seu inimigo e o odeia deve temer a tudo e a todos. É prudente não desarmar os seus súditos, mas armá-los, para que os defendam, exceto quando se trata de um Estado novo, recém conquistado. Quanto as fortalezas, são boas ou não, conforme as circunstâncias, mas a melhor fortaleza é não ser odiado pelo povo. Deve um príncipe mostrar-se amante das virtudes e honrar aqueles que se destacam numa arte qualquer, pois está na observação dos homens que estão ao seu redor; já o ministro será bom se não pensar em si mesmo, mas no príncipe. Os conselhos, venham de onde vierem, nascem da prudência do príncipe, e não a prudência do príncipe de bons conselhos. Pensa-se, naturalmente que as coisas do mundo são dirigidas pela fortuna e por Deus, de modo que a prudência não as corrige nem remedia. Por outro lado, a doutrina suscitou a reação do antimaquívelismo político consistente na necessidade de conciliação entre a norma política e moral.

Maquiavel, um dos principais pensadores políticos da história, desempenhou grande importância para a sociedade renascentista e até hoje ele é bastante analisado e criticado, causando grande admiração entre os autores contemporâneos. Maquiavel realizou uma carreira diplomata, passando cinco meses com o embaixador Cesare Borgia que foi uma das fontes de influência de Maquiavel devido a sua política enérgica e inescrupulosa. Como se conquista o poder, como se mantém o poder e como se perde o poder.

O príncipe foi uma obra renascentista que defendia o poder absoluto que os chefes de estado deveriam usar. Ele observa a grave decadência política e moral da

ela sempre haveria de ser assim. Ele apenas constatou fatos e analisou os dados presentes.

A visão de Maquiavel é essencialmente estratégica: definir o objetivo, enxergar a realidade como ela é, refletir como a partir daquela realidade dada se pode chegar à situação desejada no objetivo, rever as metas a partir desta reflexão e, finalmente, pensar nas táticas que podem ajudar a concretizar o objetivo através de um processo gradual de metas realistas e concretas.

Maquiavel, jamais tinha sido ouvido em sua época. Maquiavel passou a vida toda tentando se fazer ouvir pelos príncipes italianos sem sucesso.

Segundo Maquiavel (1973), todos os Estados que existiram ou existem são repúblicas ou principados, hereditários ou novos, estes conquistados ou recebidos. Procura demonstrar como eles podem ser governados e preservados através dos atos dos antecessores mediante a contemporização ou pela retomada. Os Estados conquistados, para que sejam suscetíveis à dominação, não podem ter suas leis e impostos modificados, nem a presença da linguagem do antigo príncipe. Um recurso útil é ir habitá-lo, para tornar-se acessível ao povo em casos amistosos, tornando assim, próximo para ser amado ou odiado, conforme o caso.

Há dois modos de se governar: um príncipe auxiliado por ministros que no governo são apenas servos, concessão do seu senhor e por barões, que por tradição de sangue, possuem essa qualidade. Quando são conquistados, por três modos se pode conservar a posse: Arruiná-los; Ir morar com eles; Deixar que vivam com suas leis, arrecadando um tributo e criando um governo de poucos. Um homem prudente deve escolher os trilhos já percorridos por outros homens, pois mesmo numa imitação falha, há muita coisa para ser aproveitada. Os que, pela virtude, antes se fazem príncipes, conquistam com dificuldade, mas com facilidade o conservam, atendendo a máxima de que todos os profetas armados vencem, ao passo que os desarmados fracassam. Contudo, há duas formas de tornar-se um príncipe: Atingir o principado pela maldade ou pelo favor dos conterrâneos.

Quem se torna príncipe pelo voto popular precisa manter-se amigo do povo, quem obtém de outra forma precisa conquistar - lhes a amizade. Os principados eclesiásticos são mais difíceis de serem conquistados, pois são pelo mérito ou pela fortuna, sustentam na rotina da religião. As principais bases que os Estados possuem: novos ou velhos, mistos ou não, são boas leis e bons princípios. Não existem boas leis onde não existam boas armas. As mercenárias e auxiliares são

CAPÍTULO II

Maquiavel e a política contemporânea

Maquiavel é talvez um dos autores - como a imensa maioria dos clássicos de qualquer área - mais mal compreendidos tanto pela crítica como, principalmente, pelo senso comum. A própria significação que se dá ao termo maquiavélico revela esta incompreensão.

A principal incompreensão provavelmente é a que o vincula à ação inescrupulosa e ao desejo do poder pelo Poder. Nada mais contrário a Maquiavel, ao definir que "os fins justificam os meios" - frase habitualmente utilizada fora de contexto - ele não desprezava os fins, os objetivos, mas sim os colocava em seu devido lugar: no centro de planejamento de qualquer ação política.

E quais eram os fins que Maquiavel almejava, pergunta que poucos se fazem. Em primeiro lugar ele desejava trazer para a Itália uma instituição republicana na qual a vontade do povo fosse respeitada.

Mas mesmo nas páginas do Príncipe ele adverte ao soberano que é perigoso ser odiado pelo povo e que a um governante que não é capaz de manter-se em paz com o povo é inútil a proteção dos exércitos e fortificações. Isto se dá porque na sua compreensão de sociedade há atores múltiplos - o príncipe, os nobres, o povo - e portanto ele é capaz de perceber que sempre existirão conflitos na sociedade.

Este modelo é muito diferente dos posteriores que irão imaginar a existência de um Estado acima da sociedade - como o pensado pelo modelo liberal - ou apenas como apêndice de uma parte da sociedade - como os Marxistas. Ainda hoje parece ser um paradigma eficiente para analisar a política.

Maquiavel tinha metas realistas, que causavam polêmicas na política, o bom político é que aquele que se baseasse nesta obra tão rica.

Maquiavel dedica boa parte dos seus textos a avaliar que é necessário ver a política como ela é, não como ela deveria ser. Ao afirmar isto ele em momento nenhum advogou que muitos truques - do assassinato à corrupção - analisados por ele fossem um padrão ou um ideal do que deveria ser a política - tampouco de que

nunca se viram nem jamais foram reconhecidos como verdadeiros. Faz tanta diferença entre, o como se vive e o modo por que se deveria viver, que quem se faz aprende antes a ruína própria, do que o modo de se preservar; e um homem que quiser fazer profissão de bondade é natural que se arruine entre tantos que são maus. “ Assim é necessário a um príncipe, para se manter, que aprenda a poder ser mau e que se falha ou deixe de valer - se disso segundo a necessidade”. (MAQUIAVEL, 1973, p. 69)

Maquiavel não aceita a idéia da boa comunidade política constituída para o bem comum e a justiça. O ponto de partida da política para ele é a divisão social entre os grandes e o povo. A sociedade é originariamente dividida e jamais pode ser vista como uma comunidade una, indivisa, homogênea, voltada para o bem comum. Essa imagem da unidade e da indivisão, para Maquiavel, é uma máscara com que os grandes recobrem a realidade social para enganar, oprimir e comandar o povo, como se os interesses dos grandes e dos populares fossem os mesmos e todos fossem irmãos e iguais numa bela comunidade.

A finalidade da política não é, como os pensadores gregos, romanos e cristãos, a justiça e o bem comum, mas, como sempre souberam os políticos, a tomada e manutenção do poder. O verdadeiro príncipe é aquele que sabe tomar e conservar o poder e que, para isso, jamais deve aliar aos grandes, pois estes são seus rivais e querem o poder para si, mas deve aliar ao povo, que esperam do governante a imposição de limites ao desejo de opressão e mando dos grandes. A política não é a lógica racional da justiça e da ética, mas a lógica da força transformada em lógica do poder e da lei.

Maquiavel não acredita na figura do bom governo encarnada no príncipe virtuoso, portador das virtudes cristãs, morais e principescas. O príncipe precisa ter virtude, mas esta é propriamente política, referindo - se às qualidades do dirigente para tomar e manter o poder, mesmo que para isso deva usar a violência, a mentira, a astúcia e a força. A tradição afirmava que o governante devia ser amado e respeitado pelos governados. Maquiavel afirma que o príncipe não pode ser odiado.

Isso quer dizer que, em primeiro lugar, que deve ser respeitado e temido. O que só é possível se não for odiado. Significa, em segundo lugar, que não precisa ser amado, pois isto o faria um pai para a sociedade e, sabe - se que um pai conhece apenas um tipo de poder, o despótico. A virtude política do príncipe aparecerá na qualidade das instituições que souber criar e manter e na capacidade que tiver para enfrentar as ocasiões adversas, isto é, a fortuna ou sorte.

Como é meu intento escrever coisa útil para os que interessarem, pareceu - me mais conveniente procurar a verdade pelo efeito das coisas, do que pelo que delas se possa imaginar. E muita gente imaginou repúblicas os principados que

Maquiavel introduz a virtude política como astúcia e capacidade para adaptar - se às circunstâncias e aos tempos como ousadia para agarrar a boa ocasião e força para não ser arrastado pelas más.

A lógica política nada tem a ver com as virtudes éticas dos indivíduos em sua vida privada. O que poderia ser imoral do ponto de vista da ética privada pode ser virtu política. Esse pensamento de Maquiavel é a inauguração e a idéia de valores políticos medidos pela eficácia prática e pela utilidade social, afastados dos padrões que regulam a moralidade privada dos indivíduos. Ethos políticos e morais são diferentes e não há fraqueza política maior do que o moralismo que mascara a lógica real do poder.

Um príncipe prudente não pode nem deve guardar a palavra dada quando isso se lhe torne prejudicial e quando as causas que o determinaram cessem de existir. Se os homens todos fossem bons, este preceito seria mau. Mas, dado que são *pérfidos* e que não a observariam a teu respeito, também não és obrigado a cumpri-la para com eles. (MAQUIAVEL, 1973, p. 78)

Quem se toma senhor de uma cidade tradicionalmente livre e não a destrói, será destruído por ela. Tais cidades têm sempre por bandeiras, nas rebeliões, a liberdade e suas antigas leis, que não esquecem nunca, nem com o ocorrer do tempo, nem por influência dos benefícios recebidos. (. . .) Assim, para conservar uma república conquistada, o caminho mais seguro e destruí-la ou habita-la pessoalmente. (MAQUIAVEL,, 1973, p. 79)

Os princípios de Maquiavel não admite um fundamento anterior e exterior à política (Deus, Natureza ou Razão). Toda cidade, diz ele em O príncipe, está originariamente dividida por dois desejos opostos: O desejo dos grandes de oprimir e comandar e o desejo do povo de não ser oprimido nem comandado. Essa divisão evidencia que a Cidade não é uma comunidade homogênea nascida da vontade divina da ordem natural ou da razão humana. Na realidade, a Cidade é tecida por lutas internas que a obrigam a instituir um pólo superior que possa unificá - la e dá - lhe identidade. Esse pólo é o poder político. Assim, a política nasce das lutas sociais e é obra da própria sociedade para dar a si mesma unidade e identidade. A política resulta da ação social a partir das divisões sociais.

A tradição grega tornava ética e política inseparáveis, que a tradição romana colocara essa identidade da ética e da política na pessoa virtuosa do governante e que a tradição cristã transformara a pessoa política num corpo místico sacralizado que encarnava a vontade de Deus e a comunidade humana. Hereditariedade, personalidade e virtude formavam o centro da política, orientada pela idéia de justiça e bem comum. Esse conjunto de idéias e imagens é demolido por Maquiavel. Um dos aspectos de sua concepção é que melhor revela essa demolição encontra - se na figura do príncipe virtuoso.

A oposição virtude fortuna jamais abandonou a ética e como esta surgia inseparável da política, a mesma oposição se fez presente no pensamento político. Neste, o governante virtuoso é aquele cujas virtudes não sucumbem ao poderio da caprichosa e inconstante fortuna.

Nasce daí esta questão debatida: se será melhor ser amado que temido ou vice - versa. Responder - se - à que se desejaria ser uma e outra coisa: mas como é difícil reunir ao mesmo tempo as qualidades que dão aqueles resultados, é muito mais seguro ser temido que amado, quando se tenha que falhar numa das duas. (MAQUIAVEL, 1973, p. 76)

Retorna essa oposição, mas lhe imprime um sentido interiormente novo. A *virtu* do príncipe não consiste num conjunto fixo de qualidades morais que ele oporá, à fortuna, lutando contra ela. A *virtu* é a capacidade do príncipe para ser flexível às circunstâncias, mudando com elas para agarrar e dominar a fortuna. Em outras palavras, um príncipe que agir sempre da mesma maneira e de acordo com os mesmos princípios em todas as circunstâncias fracassará e não terá *virtu* alguma.

Para ser senhor da sorte ou das circunstâncias, deve mudar com elas e, como elas, ser volúvel e inconstante, pois somente assim saberá agarrá - las e vence - las. Em certas circunstâncias, deverá ser cruel, em outras, generoso; em certas ocasiões deverá mentir, em outras, ser honrado; em certos momentos, deverá ceder à vontade dos outros, em algumas ser inflexível. O caráter do príncipe deve variar com as circunstâncias, para que sempre seja senhor delas.

Classificavam os regimes políticos em justos legítimos e injustos - ilegítimos, colocando a monarquia e a aristocracia hereditárias entre os primeiros e identificando com o segundo o poder obtido por conquista e usurpação, denominando - o tirânico. Este é considerado antinatural, irracional, contrário à vontade de Deus e a justiça, obra de um governante vicioso e perverso.

Cada príncipe deve desejar ser tido como piedoso e não como cruel: apesar disso, deve cuidar de empregar convenientemente essa piedade. César Bórgia era considerado cruel, e, contudo, sua crueldade havia reerguido a Romanha e conseguido uni - la e conduzi - la à paz e a fé. O que, bem considerado, mostrará que ele foi muito mais piedoso do que o povo florentino, o qual, para evitar a pecha de cruel, deixou que Pistóia fosse destruída. Não deve, portanto, importar ao príncipe a qualificação de cruel para manter os seus súditos unidos e com fé, porque, com raras exceções, e ele mais piedoso do que aqueles que por muita clemência deixam acontecer desordens, das quais podem nascer assassinios ou rapinagem. É que estas conseqüências prejudicam todos um povo, e as execuções que provêm do príncipe ofendem apenas um indivíduo. E, entre todos os príncipes, os novos são os que menos podem fugir à fama cruéis, pois os Estados novos são cheios de perigo. (MAQUIAVEL, 1973, p. 75).

O ponto de vista de Maquiavel não aceita a divisão clássica dos três regimes políticos (monarquia, aristocracia, democracia) e suas formas corruptas ou ilegítimas (tirania, oligarquia, demagogia / anarquia), como não aceita que o regime legítimo seja o hereditário e o ilegítimo, o usurpado por conquista. Qualquer regime político, tenha a forma e a origem que tiver - poderá ser legítimo ou ilegítimo. O critério de avaliação, ou o valor que mede a legitimidade é a liberdade.

Todo regime político em que o poderio de opressão e comando dos grandes é maior do que o poder do príncipe e esmaga o povo é ilegítimo; caso contrário, é legítimo. Assim, legitimidade e ilegitimidade dependem do modo como as lutas sociais encontram respostas políticas capazes de garantir o único princípio que rege a política: O poder do príncipe deve ser superior aos grandes e estar a serviço do povo. O príncipe pode ser monárquico ou por conquista: pode ser todo um povo que conquista, pela força, e poder. Qualquer desses regimes políticos será legítimo se for uma república e não despotismo ou tirania, isto é, só é legítimo o regime no qual o poder não está a serviço dos desejos e interesses de um particular ou de um grupo de particulares.

perversos e sediciosos, que devem, a qualquer preço, serem afastados da comunidade e do poder; E nossa realidade mundo a fora temos verdadeiros criminosos que se dizem governantes; que querem só o mau de seu povo. O bem só dele e de seus familiares. A política é uma arte, mas usado com sabedoria e prudência.

Destarte todos os profetas armados venceram e os desarmados fracassaram. Porque, além do que já se disse, a natureza dos povos é varia, sendo fácil persuadi-los de uma coisa, mas sendo difícil firma-los na persuasão, convém, pois, providenciar para que, quando não acreditarem mais, se possa fazê-los crer à força. Moisés, Ciro, Teseu e Rômulo não teriam conseguido fazer observar por muito tempo suas constituições se estivessem desarmados. É o que, nos tempos que correm, aconteceu a frei Girolamo Savonarola, o qual fracassou na sua tentativa de reforma quando o povo começou a não lhe dar crédito. E ele não tinha meios para manter firmes aqueles que havia acreditado, nem para fazer com que os incrédulos acreditassem. (MAQUIAVEL, 1973, p. 76)

O poder age secretamente às escondidas, mantendo suas intenções e finalidades desconhecidas para os cidadãos, que na maioria das vezes é pego de surpresa; que afirma que os fins justificam os meios e usa meios imorais, violentos e perversos para conseguir o que quer: que dá as regras do jogo, mas fica às escondidas, esperando que os jogadores causem a si mesmo sua própria ruína e destruição, verifica - se que este jogo de interesse continua até nos dias atuais a população e pega de surpresa, nunca se sabe o que os governantes estão planejando, qual será sua próxima ação, mas na maioria das vezes em favor de si próprio. A falta de caráter de nossos políticos leva - nos a pensar em alguém extremamente poderoso e perverso, sedutor e enganado, que sabe levar as pessoas a fazerem exatamente o que eles desejam, mesmo que sejam aniquiladas por isso, são diabólicos, falsos, só lembra que existem pessoas, na época das eleições, pois para subirem ao poder necessitam do voto dos cidadão que eles não fazem muita conta de seus interesses e necessidades. Na época de Maquiavel não tão diferente os regentes para se manter no poder mentiam, perdiam, torturavam, matavam tudo no sentido de manter o povo debaixo de seus pés.

Assentam a boa comunidade e a boa política na figura do bom governo, isto é, no príncipe virtuoso e racional, portador da justiça, da harmonia e da indivisão da comunidade;

natureza dos rios e dos pântanos, empregando nesse trabalho os melhores cuidados. (...) Agora, quanto ao exercício do pensamento, o príncipe deve ler histórias de países e considerar as ações dos grandes homens, observar como se conduziram nas guerras, examinar as razões de suas vitórias e derrotas, para poder fugir destas e imitar aquelas. (MAQUIAVEL, 1973 p. 62-6).

A Política destes soberanos e levando para domínio da população e a conquista de novos povos, através da guerra, mas com violência, usando ação ou somente o pensamento.

Hoje em dia a política é vista, como o crescimento da cidadania que só pode ser entendida na medida em que possa ser traduzida em reconhecimento dos direitos humanos, prática da igualdade de acesso aos bens naturais e culturais, atitude tolerante e protagonismo na luta pela sociedade democrática. Sem a consciência de direitos e deveres individuais e coletivos, sem a sede de uma justiça que distribua de modo equânime o que foi produzido socialmente, sem a tolerância a respeito de opiniões e estilos de vida não convencionais e, sobretudo, sem o engajamento concreto na busca por uma sociedade democrática, não é possível de nenhum modo que se imagine o exercício pleno da cidadania. É o aspecto que é conhecido por participação democrática.

Na época de Maquiavel o pensamento era outro, ficava acima das considerações morais, mantendo a autonomia política, que para ele, os fins justificam os meios e a razão de Estado deve sobrepor - se a tudo ou seja, os soberanos tudo pode fazer quando busca o bem - estar do país. Quando está em jogo o interesse do Estado, para Maquiavel, se necessário, a força pode ser justificada é preocupado com o estabelecimento de um Estado forte, Maquiavel defende que a autoridade do príncipe embora às vezes brutal e calculista, é vital para o seu sucesso e conseqüentemente para o Estado. Num posicionamento contrário à concepção tomista, que chegava a questionar se seria preferível a um príncipe ser amado ou ser temido, é fundamental: Creio que seriam desejáveis ambas as coisas, mas, como é difícil reuni-las, é mais seguro ser temido do que amado.

Afirmam que a política é instituição de uma comunidade una e indivisa, cuja finalidade é realizar Maquiavel, não a finalidade da política é conquistar e manter o poder ou justiça. A boa política é feita pela boa comunidade harmoniosa, pacífica e ordeira. Lutas, conflitos e divisões são vistos como perigos, frutos de homens

De acordo com Maquiavel a política torna - se autônoma à medida que se desvincula da ética e da religião, procurando examiná - la na sua especificidade própria.

Quanto ao pensamento medieval, Maquiavel busca à secularização da política, e com isso rejeitando o legado ético cristão. Além da desvinculação da religião, a ética política se distingue da moral privada, uma vez que a ação política deve ser julgada a partir das circunstâncias vividas, tendo em vista os resultados alcançados na busca do bem comum. Não de alguns políticos que só pensa em si e nunca no bem do povo, só com seu lucro, como vai ganhar e vai se dar bem.

A linha de pensamento de Maquiavel se distancia da política normativa dos gregos e medievais, pois não, mais busca as normas que definem o bom regime, nem explicita quais devem ser as virtudes do bom governante. Em alguns casos, como o de Platão, a preocupação em definir como deve ser o bom governo leva à construção de utopias, o que mereceu a crítica de Maquiavel.

A uma nova perspectiva, para fazer política é preciso compreender o sistema de forças existentes e calcular alteração do equilíbrio provocada pela interferência de sua própria ação nesse sistema.

Pode observar que se encontra um fundamento para a política anterior e exterior à própria política. Em outras palavras, para alguns, o fundamento da política encontra - se em Deus; para outros, encontra - se na Natureza, isto é, na ordem natural, que fez o homem um ser naturalmente político; e, para alguns, encontra - se na razão, isto é, na idéia de que existe uma racionalidade que governa o mundo e os homens, torna - os racionais e os faz instituir a vida política. Há, pois, algo - Deus, natureza ou razão - anterior e exterior á política, servindo de fundamento a ela.

Os príncipes prudentes repeliram sempre tais forças [as mercenárias e as auxiliares], para valer - se das suas próprias, preferindo antes perder com estas a vencer com auxílio das outras, considerando falsa a vitória conquistada com forças alheias, (...) Se considerar o começo da decadência do Império Romano, achar - se à que foi motivada somente por ter começado a ter a soldo mercenários godos.

Um príncipe deve, pois, não deixar nunca de se preocupar com a arte da guerra e prática - la na paz ainda mais mesmo que na guerra, e isto pode ser conseguido por duas formas: pela ação ou apenas pelo pensamento. Quanta à ação, além de manter os soldados disciplinados e constantemente em exercício, deve estar sempre em grandes caçadas, onde deverá habituar o corpo aos incômodos naturais da vida em campanha e aprender a natureza dos lugares, saber como surgem os montes afundam os vales, como jazem as planícies, e saber da

CAPITULO I

A POLÍTICA

O príncipe (busca da autonomia da política).

O Estado absoluto da Idade Moderna apresentou um caráter ambíguo, refletindo o sentido de transição do período. O príncipe atormentou a humanidade durante quatro séculos. E continuará a atormentá-la. Esta frase refere-se à idéia do autor que serviu de instrumento teórico a vários governantes autoritários e totalitários do século XVI ao século XX; àqueles que fizeram da razão de Estado o pretexto para sufocar liberdades individuais de toda a sociedade.

O autor escreve idéias democráticas, admitindo que o conflito é inerente à atividade política e que esta se faz a partir da conciliação de interesses divergentes.

Defende a proposta do governo misto: "Se o príncipe, os aristocratas e o povo governam em conjunto o Estado podem com facilidade controlar-se mutuamente." (CHEVALIER, 1966, p. 48.)

Considera importante que as monarquias ou repúblicas sejam governados pelas leis e acusam aqueles que, no uso da violência, abusaram da crueldade, ou a usaram para interesses menores.

A busca da autonomia da política segundo o autor subverte a abordagem tradicional da teoria política feita pelos gregos e medievais são considerados os fundadores da ciência política, ao enveredar novos caminhos ainda não seguidos.

A política de Maquiavel é realista, pois procura a verdade efetiva, observando como o homem age de fato. As observações das ações dos alunos do seu tempo e dos estudos dos antigos, principalmente na Roma Antiga, levam-no a constatar que os homens sempre agiram pelas vias da corrupção e da violência. Partindo do pressuposto da natureza humana capaz do mal e do erro, e fundamental, analisa a ação política sem se preocupar em ocultar o que se faz e não se costuma dizer.

A esse realismo alia-se a tendência utilitarista, pela qual Maquiavel pretende desenvolver uma teoria voltada para ação e imediata. A ciência política só tem sentido se propiciar o melhor exercício da arte política: da teoria e da técnica da política, que é vista como disciplina autônoma.

INTRODUÇÃO

Maquiavel dedica boa parte dos seus textos a avaliar que é necessário ver a política como ela é, não como ela deveria ser. Ao afirmar isto ele em momento nenhum advogou que muitos truques - do assassinato à corrupção - analisados por ele fossem um padrão ou um ideal do que deveria ser a política - tampouco de que ela sempre haveria de ser assim. Ele apenas constatou fatos e analisou os dados presentes.

Assim a visão de Maquiavel é essencialmente estratégica: definir o objetivo, enxergar a realidade como ela é, refletir como a partir daquela realidade dada se pode chegar à situação desejada no objetivo, rever os objetivos a partir desta reflexão e, finalmente, pensar nas táticas que podem ajudar a concretizar o objetivo através de um processo gradual de metas realistas e concretas.

Além disto ele adverte de um lado para que não se perca o objetivo de vista e de outro para que nem toda tática é recomendável. A questão não é portanto linear nem são infinitas as escolhas porque algumas delas ampliam o risco admissível. Os riscos, avalia ele, às vezes devem ser corridos porque a sorte em geral favorece aos audazes, mas se deve estar conscientes deles. Mais ou menos o conceito de risco calculado da estratégia militar contemporânea.

Assim ele sabe que o Estado que ele deseja não será obtido enquanto a Itália não for unificada. Sabe que ela não será unificada a não ser por um Príncipe forte e que este processo inevitavelmente conduzirá a guerras e violência. Sabe que esta centralização precisa se dar em torno de um nome forte porque precisará obrigatoriamente combater a aristocracia - com a qual o Estado republicano final não será possível. Daí o conteúdo até brutal em alguns momentos do Príncipe.

SUMÁRIO

Introdução -----	06
Capítulo I : A política -----	07
Capítulo II: Maquiavel e a política contemporânea -----	16
Capítulo III: A Ética na política (administração pública). A política para Maquiavel -----	28
Conclusão -----	34
Referência bibliográficas -----	37

É necessário a um príncipe, para se manter, que aprenda a poder ser mau e que se valha ou deixe de valer - se disso segundo a necessidade.

Como é meu intento escrever coisa útil para os que se interessarem, pareceu - me mais conveniente procurar a verdade pelo efeito das coisas, do que pelo que delas se possa imaginar. E muita gente imaginou repúblicas e principados que nunca se viram nem jamais foram reconhecidos como verdadeiros. (Maquiavel).

Rubiataba

2005.

Agradeço àquele que faz com o poder inigualável do seu amor, transbordar nossos corações com uma única palavra – Deus.

A minha mãe Neuza e ao meu pai Jaime.

A meu esposo Airton que à sua maneira tem me ajudado.

A minhas duas filhas amada Layssa e Brunna .

As minhas irmãs que apóiam em minha vida para o sucesso profissional.

Aos meus amigos sinceros que estiveram junto a mim nesta caminhada de estudante, direta ou indiretamente me apoiaram.

Ao professor José Geraldo Trindade, que soube de maneira eficiente, repassar seus conhecimentos para melhor realizar este.

Dedico em especial, aos meus pais, ao meu esposo pelo imenso amor a mim dedicado, pelo apoio incondicional se faz presente em minha vida, em cada dia que nasce. As minhas filhas, as minhas irmãs e amigos, que não mede esforços a ajudar-me com suas palavras de ânimo e auto-estima, reforçando na minha caminhada acadêmica.

FACULDADE DE CIÊNCIAS E EDUCAÇÃO DE RUBIATABA
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA

ATA DE APRESENTAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Data: 15 de junho de 2005

Hora: 21:45h

Local: Sala do 7º Período de Filosofia

Acadêmico(a): Nelismar Alves Pereira

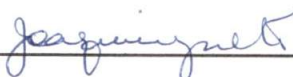
Título: *Política em Maquiavel*

Componentes da Banca:

Orientador(a): José Geraldo Trindade

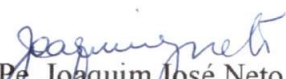


Joaquim José Neto



Nota: 9,6

Rubiataba, 15 de junho de 2005


Pe. Joaquim José Neto
Coordenador do Curso

NELISMAR ALVES PEREIRA



MAQUIAVEL E A POLÍTICA

Monografia apresentada
Como requisito parcial para
conclusão do Curso de
Filosofia da Faculdade de
Ciências e Educação de
Rubiataba – FACER.

Orientador: Prof. José
Geraldo Trindade.

5.30680

RUBIATABA – GO
2005

Tombo nº	11934
Classif.:
Ex.:	1
.....
.....
Origem:	d
Data:	07-02-06

FACULDADE DE CIÊNCIAS E EDUCAÇÃO DE RUBIATABA

NELISMAR ALVES PEREIRA

MAQUIAVEL E A POLÍTICA

**RUBIATABA-GO
2005**